

# O dilema do presidente

**E**m São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte as eleições municipais, infelizmente, não foram liquidadas no primeiro turno. A essas três importantes capitais se somam cidades, espalhadas pelo País inteiro, que só conhecerão seus prefeitos no dia 15 de novembro. O Congresso, que começou o ano quase parado, por conta da expectativa da escolha dos candidatos, e depois congelou suas atividades nos dois primeiros meses de campanha, continuará por mais seis semanas sem examinar projetos importantes. Alguns deles, como a reforma da Previdência que está no Senado, e as reformas administrativa e fiscal que mofam nas respectivas comissões especiais da Câmara, são vitais para o saneamento das contas públicas, da mesma forma como é imprescindível que andem os projetos de regulamentação da ordem econômica.

Isso acontece porque políticos e governantes deram às eleições municipais uma dimensão que as populações das cidades se recusaram a atribuir ao pleito. Para os habitantes de cada cidade, o que estava em jogo era a escolha do prefeito e dos vereadores, segundo um programa de trabalho que, observadas as exceções de praxe, quanto mais objetivo era, mais votos rece-

beu. Nos municípios que elegeram prefeitos em primeiro turno, essa foi a regra. Muitas elites partidárias, porém, entenderam que às eleições municipais poderiam ter outros sentidos, entre eles o de um plebiscito contra ou a favor do Plano Real e do presidente da República. O resultado foi uma esquizofrênica separação entre o que a população quis e fez, concentrando-se nos problemas urbanos, e o que políticos e governantes imaginaram estar fazendo, isto é, decidindo no nível municipal a correlação de forças no nível federal. Essa percepção equivocada das coisas está custando ao Brasil um semestre inteiro de paralisia. A imobilidade atinge fundamentalmente o Congresso, que se transformou, por obra e graça da necessidade de reformas constitucionais e legais, no epicentro do processo de modernização do País.

Terminado o primeiro turno, o Congresso volta a se reunir. Mas não adiantará a discussão e a votação das matérias urgentes que estão na pauta. Deputados e senadores, como eles próprios anunciam, dedi-



carão os próximos dias à avaliação e análise das eleições municipais. Para que, se o que ocorreu nos municípios de forma alguma alterou a composição das bancadas federais? Pelos dados disponíveis, dos cerca de 120 parlamentares que disputaram prefeituras, pouco mais de 20 foram eleitos ou permanecem na disputa. Mesmo assim, os que saem serão substituídos por suplentes da mesma legenda, daí não se al-

terar a distribuição proporcional dos partidos no Congresso. As tertúlias de avaliação política revelam, na verdade, uma inexplicável falta de vontade de passar aos assuntos que realmente interessam à Nação.

A indecisão nas três grandes capitais e em outras cidades importantes perturba, como se vê, o andamento das reformas, mas também tumultua os projetos políticos do presidente da República. O caso de São Paulo é particularmente embaraçoso para o sr. Fernando Henrique Cardoso. Nos últimos tempos inteiramente absorvido pela questão da reeleição, ele se vê dividido, na questão de São Paulo — de qualquer

forma, a sua base política —, entre atender aos próprios interesses políticos e não deixar que os padrões éticos dos quais é tão cioso sejam abalados. Vista a questão do ponto de vista das afinidades naturais, tanto políticas quanto éticas, a decisão do presidente da República certamente tenderia em favor da ex-prefeita Luíza Erundina. O PT, no entanto, é o único partido

**O presidente da República deixou-se enredar em um dilema kafkiano, por causa das eleições**

que se opõe ao governo federal em toda a linha, desde a administrativa até o projeto de reeleição. Do outro lado está o PPB, a terceira maior bancada do Congresso Nacional, representante no Ministério e disposto a encarar a tese da reeleição com a simpatia que as conveniências ditarem.

O presidente deixou-se envolver por uma situação kafkiana. Sua única saída é não agir. Declarar neutralidade e trazer para essa posição o maior número possível de ministros. O segundo turno, afinal, decidirá um pleito municipal. Em 15 de novembro não se estará jogando o destino do Brasil.